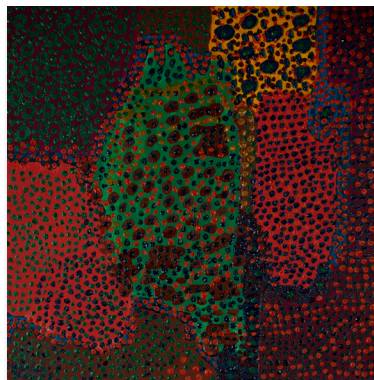


Implicações da globalização na cultura autóctone de Moçambique

ÍTELIO MUCHISSE
PEDRITO CAMBRÃO

RESUMO: Globalização é um processo que dinamiza a estrutura das sociedades nacionais, para uma visão mais global. Aqui refletimos sobre as implicações da globalização para a cultura autóctone em Moçambique. A pesquisa evidencia que a globalização traz implicações positivas, por facilitar as relações entre sociedades ou países por meio de novas modalidades de uso de tecnologias negativas, pelo facto de impulsionar a extinção dos valores culturais tradicionais autóctones.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização. Implicações. Cultura tradicional autóctone.



Implications of globalization on Mozambique's indigenous culture

ABSTRACT: Globalization is a process that, unquestionably, dynamizes the structure of national societies, towards a more global vision. We reflect on the implications that the new directions of globalization bring to the autochthonous culture in Mozambique. The research shows that globalization brings positive, by facilitating relations between societies or countries through new ways of using technologies; negative, due to the fact that it promotes the extinction of traditional autochthonous cultural values.

KEYWORDS: Globalization. Implications. Indigenous traditional culture.

ÍTELIO MUCHISSE

Mestre na Universidade Católica de Moçambique. Investigador na Minerva Consultores.
E-mail: iteliobango@gmail.com

PEDRITO CAMBRÃO

Doutor em Sociologia na Universidade do Porto. Docente e Pesquisador na Universidade Zambeze.
E-mail: prof.cambrão@gmail.com

DATA DE ENVIO: 27/04/2024

DATA DE APROVAÇÃO: 27/11/2024

1 Introdução

Vivemos, hoje, numa sociedade (moçambicana) em que o uso de perucas brasileiras e de cabelo indiano é a nova moda da “mulherada” – que, de certa, ou até grande, forma, mostra repulsa ao seu cabelo natural; o vestir de roupas escaldantes ou pedacinhos de roupa, à maneira ocidental e americana, é a nova tendência de adolescentes, jovens e adultos, em quase todo o país, tendência que será herança para as subseqüentes gerações; o “falar gingado” com um sotaque estrangeiro, alienado das novelas e filmes, afigura níveis assombrosamente elevados; entre outras tendências. Enquanto pesquisadores, não assumimos, de forma absoluta, que tudo isso seja inaceitável ou evitável. Assumimos que, estas tendências, merecem hoje maior atenção e uma reflexão mais atenta, pois o que está em causa é o futuro de toda uma geração (os moçambicanos de hoje e amanhã). Dentro deste âmbito, a indagação que achamos pertinente é: até que ponto estas novas tendências podem ser aceitáveis ou inaceitáveis?

A história cultural em África é, em parte, herança da ocupação e da dominação dos territórios africanos por diferentes povos, desde a antiguidade clássica, do século X a.C. ao XIV d.C., resultando nessa multiplicidade de culturas, línguas e tradições africanas que, hoje, tanto nos fascina quanto nos instiga à observação (Ciríaco, 2017). Nos países africanos onde houve presença portuguesa, como Moçambique, a cultura europeia e a língua portuguesa impostas pelos colonizadores integraram-se à cultura africana, ao lado das inúmeras línguas locais, redesenhando, então, um novo quadro social, político e cultural nesses espaços. De acordo com dados do INE (2000), estão presentes no país mais de 30 agrupamentos linguísticos.

Historicamente, Moçambique é dotado de multiplicidade cultural, étnica e linguística, legado dos primeiros habitantes dessas terras, ancestrais dos povos khoisan (ou bosquímanes) e, séculos mais tarde, pelos bantu, povos falantes da língua bantu, que migraram do Norte do continente africano por meio do vale do Rio Zambeze, avançando para os planaltos e áreas costeiras, tendo ocupado quase a totalidade da África a sul do Saara. Ao falar desses povos, ainda Ciríaco (2017) realça que eram exímios agricultores, ferreiros, oleiros e tecelões; a estrutura familiar era simples, baseada nas linhagens.

Moçambique foi o principal porto para as embarcações que chegavam e partiam rumo à Ásia, incrementando, também, o comércio local primeiramente com os árabes e, posteriormente, com os indonésios, indianos e chineses, e, então, no século XVI, com os portugueses. Esse caldeamento entre a população local, pertencente ao grande grupo dos bantu e os dominadores resultou numa intensa movimentação comercial e geográfica, gerando novas comunidades, inúmeras etnias, além dos indianos e, uma grande diversidade cultural e linguística, que se distingue entre as três regiões do país. Todas essas populações estão divididas entre Norte (Nampula, Niassa e Cabo Delgado), Centro (Sofala, Zambézia, Manica e Tete) e Sul de Moçambique (Gaza, Cidade de Maputo, Província de Maputo e Inhambane), em onze províncias.

Segrera (2003) salienta que o processo da globalização é um fenômeno qualitativamente novo, que se torna possível a partir da coincidência no tempo de três processos interdependentes com a sua própria lógica interna: a crise e a queda do socialismo real, o desenvolvimento vertiginoso das novas tecnologias da informação e da comunicação (era da informação) e o neoliberalismo.

Sparemberger (2007) adverte que o que existe na contemporaneidade é uma “globalização hegemônica”, que, para o autor, deve remeter para a necessidade de existência de uma “globalização contrahegemônica”, ou seja, contra o globalismo localizado de violência estrutural que assola os países pobres, especialmente suas comunidades tradicionais autóctones, defendendo-se, assim, a sobrevivência das comunidades locais, seus sítios simbólicos e sua biodiversidade.

O objetivo geral da nossa investigação é refletir sobre as implicações que os novos rumos da globalização em Moçambique trazem para a cultura tradicional autóctone. Tendo em conta as seguintes metas específicas: (i) descrever a abordagem hegemônica da cultura na globalização: a homogeneização de padrões e referências culturais; (ii) analisar a perspectiva alternativa da globalização da cultura - o “encontro com o diferente”; (iii) falar do paradoxo entre cultura tradicional autóctone moçambicana e os novos rumos da globalização; e; (iv) dar propostas para a consolidação dos autóctones face à Cultura Global.

2 Globalização da cultura? Ou cultura da globalização?

Sem olvidar o que já foi discutido por outros estudiosos que nos antecederam, um dos maiores pontos focais desta seção é refletir sociológica, antropológica, filosófica e até economicamente sobre, entre a globalização e a cultura, qual é o “objeto” e qual é o “processo” – termos tratados em sentido gramatical. Ou seja, se ocorre uma globalização da cultura ou uma cultura da globalização. A partir do conhecimento desta condição, pode haver maior possibilidade para cogitarmos soluções do “problema” da globalização hegemônica que, na nossa introdução, foi caracterizado com um globalismo localizado de violência estrutural que muito assola os países “pobres” como Moçambique, com maior enfoque nas comunidades tradicionais autóctones.

Gramsci é, muitas vezes, reconhecido como um “teórico das superestruturas”, pois se preocupa continuamente em chamar a atenção para o fato de que é preciso analisar, no contexto de desenvolvimento de uma sociedade, a “maneira como um sistema de valores culturais impregna, penetra, socializa e integra um sistema social” (Pizzorno apud Bezerra, 2006, p. 225). Por sua vez, Bezerra (2006) advoga que este conjunto de ideologias está, portanto, diretamente vinculado às classes sociais em luta, no cenário contemporâneo, organizando os diferentes grupos sociais e dirigindo-os de acordo com as condições socioeconômicas que tomam lugar nos dias de hoje.

É de salientar que, o debate, sobre este tema, não apresenta uma única linha argumentativa. Partindo de uma compreensão mais dinâmica acerca da dimensão cultural da globalização e/ou da dimensão globalista da cultura, na contemporaneidade, podemos identificar diferentes posições acerca deste debate.

2.1 A abordagem hegemônica da cultura na globalização: a homogeneização de padrões e referências culturais

Para Bezerra (2006), a orientação-chave desta perspectiva é aquela emergência de uma “sociedade global” resultante de processos globais que ultrapassam as vivências nacionais e locais de grupos e classes sociais e que as superam em termos qualitativos. Neste diapasão, Ortiz (1994) afirma que, independentemente

de suas vontades, os Homens se tornaram “cidadãos do mundo”, e, a perspectiva global penetrou o cotidiano de todos e reorientou a organização cultural das sociedades atuais, as quais se encontram, agora, perpassadas por uma “vivência mundializada”.

Ainda, Bezerra (2006, p. 229) revela que, “criar uma ‘cultura da globalização’ ou, por outro lado, uma ‘cultura global’ se apresentou, desde o princípio, portanto, como uma necessidade para o capital mundializado”. Esse autor, busca mostrar-nos que esta esfera representava a possibilidade de imprimir, ideologicamente, uma orientação dominante ao que os diversos grupos e classes sociais poderiam imaginar, defender e esperar da “globalização” contemporânea.

Portanto, com base nessas observações, afirma-se, assim, a existência de uma “cultura da globalização”, mais que uma “globalização da cultura”. Essa abordagem quer dizer que, na prática, “muitos globalizadores vão pelo mundo simulando a globalização” e buscando redirecionar, sob uma ótica dominante, os conflitos culturais advindos da desigualdade de acesso à “economia global”. Nesse âmbito se compreendem elementos como o avanço e a aceleração dos intercâmbios midiáticos, o incremento e o desenvolvimento incontrollável da indústria cultural, agora com padrões transnacionais de competência, o vazio político e informativo dos meios de comunicação de massas e o acirramento da dependência cultural: este é o desafio da cultura contemporânea.

Sobremaneira, assenta-se nessa abordagem, como afirma Ortiz (1994), a lógica do *fast-food*, Hollywood, chocolates, aviões, computadores, celulares, etc, são os traços evidentes da presença envolvente da hegemonia. Este autor afirma que estes elementos invadem nossas vidas, nos constroem, ou nos libertam, e fazem parte da mobília de nosso dia-a-dia. Ainda diz que o planeta, que no início se anunciava tão longínquo, se encarna assim em nossa existência, modificando nossos hábitos, nossos comportamentos e nossos valores.

Portanto, entenda-se que a base dessa perspectiva é de que, como defende Bezerra (2006), o “mundo” se apresenta agora como uma nova categoria analítica, com uma nova dimensão. Assim, ele não representa mais apenas a “soma de realidades

nacionais”, onde cada uma delas tinha sua autonomia e independência, embora estivessem interligadas por um amplo leque de relações. Ele se apresenta como um “sistema mundo”, um elemento constitutivo de vivência e de reflexão que impõe novos desafios teóricos e práticos.

Isso significa que o homem, enquanto “cidadão do mundo”, teria, pela primeira vez, na história da humanidade, a oportunidade de construir valores, hábitos, representações, costumes, reflexões, críticas e questionamentos que seriam oriundos de sua inserção num espaço local ou nacional, mas de uma suposta integração cada vez maior da “sociedade global”, o que poderíamos chamar de “referências culturais globais”. Sobre tudo isso, Bezerra (2006), realça que, visto que a globalização é um processo diversificado e desigual, a existência de uma possível “cultura global” também encontra fortes e importantes resistências.

2.2 A perspectiva alternativa da globalização da cultura: o “encontro com o diferente”

De forma inequívoca, percebe-se que a segunda perspectiva sobre o processo de globalização contemporâneo entra, no que se refere à cultura, numa consequência paradoxal: ao mesmo tempo em que aponta para uma “possibilidade de homogeneidade”, também, encaminha um maior contato com a diversidade que demarca esta esfera (Bezerra, 2006).

Nesse sentido, a intensificação dos fluxos de informação, conhecimento, capital, mercadorias, pessoas e imagens parece ter reorientado o senso que, anteriormente, separava e “isolava” as pessoas. Quer dizer, houve sempre uma relação intrínseca entre o imperialismo (europeu e, agora, norte-americano) e a cultura dos “povos dominados”. Sob essa linha, tal relação, sustentada pelo Ocidente metropolitano, resumia-se, a princípio, na dicotomia “nós/ eles”, onde o “objetivo” ocidental seria de “levar a civilização a povos bárbaros ou primitivos”, que tinham a necessidade de dominação, pois “o que ‘eles’ melhor entendiam era a força e a violência”.

Na mesma linha, em defesa dessa abordagem paradoxal, Sahllins (1997, p. 57) afirma que

as semelhanças culturais da globalização se relacionam dialeticamente com as exigências de indigenização. (...) Justamente por participarem de um processo global de aculturação, os povos ‘locais’ continuam a se distinguir entre si pelos modos específicos como o fazem.

Ademais, ao contrário da ideia de que uma única nação predominante poderia desenvolver uma cultura global comum, como anteriormente especificamos, nesta abordagem tal cultura seria caracterizada por uma maior diversidade de intercâmbios, onde encontros transculturais e transnacionais se tornam frequentes, principalmente a partir de imagens e informações socializadas a partir da mídia. Estes contatos e trocas culturais não ocorrem, entretanto, sem conflitos e sem enfrentamentos. Falar de uma cultura global, neste sentido, significa incluir diferentes formas de conformação cultural, onde a ideia da “tolerância” ainda é a determinante e uma perspectiva cosmopolita, ainda por se construir e afirmar. Sublinhe-se bem, “a ideia de tolerância das culturas, ainda precisa ser construída e afirmada”. Porém, em momento nenhum está a negar a sua mínima existência.

Para os autores que defendem esta concepção, encarar o global e o nacional (ou local) como dicotomias separadas no espaço e no tempo não seria, contemporaneamente, o caminho para se pensar o universo cultural real, visível na atualidade. Na verdade, os processos de globalização e de localização estariam inevitavelmente ligados na atual fase.

Por outro lado, Boaventura de Sousa Santos, assegura que a globalização neoliberal é atualmente um factor explicativo importante dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais das sociedades nacionais. Contudo, Santos (2002), assegura ainda que apesar de mais importante e hegemônica, esta globalização não é única. De par com ela e em grande medida por reação a ela está a emergir uma outra globalização, constituída pelas redes e alianças transfronteiriças entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que nos diferentes cantos do globo se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das políticas públicas, a destruição do meio ambiente e da

biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal. Ocorre, desse modo, uma globalização alternativa, contra-hegemônica, organizada da base para o topo das sociedades. Esta globalização, segundo Santos (2002), é apenas emergente mas é mais antiga que a sua manifestação mais consistente, até nos dias atuais.

Por sua vez, Cambrão (2016) ressalta que há que se fazer distinção entre a globalização neoliberal/hegemônica, dominada pela lógica do capitalismo neoliberal mundial e a globalização alternativa/contra-hegemônica/alter globalização ou glocalização, dominada pelas iniciativas locais-globais dos grupos sociais subalternos e dominados no sentido de resistir contra a opressão, a descaracterização, a marginalização, produzidas pela globalização neoliberal/hegemônica.

Por outro lado, e em concordância com o autor supracitado, achamos não ser esmero dar extrema importância quer às estratégias locais, quer às estratégias globais. Ou seja, a globalização contra-hegemônica é tão relevante quanto a localização contra-hegemônica - só para esclarecer, a localização aqui referida consiste no conjunto de iniciativas que visam criar ou manter espaços comunitários de sociabilidade de pequena escala, assentes em relações face-a-face, orientados para a autossustentabilidade e regidos por lógicas participativas e cooperativas (Santos, 2005). Por exemplo, as organizações, movimentos e iniciativas, como integrantes do cosmopolitismo e do patrimônio comum da humanidade têm uma vocação transnacional, porém nem por isso deixam de estar ancorados em locais concretos e em lutas locais concretas.

Boaventura de Sousa Santos e colaboradores, no âmbito do projeto "Reinventar a emancipação social: para novos manifestos", identificaram ações, movimentos e políticas emancipatórias com perfil de ações rebeldes interligadas de resistência às diferentes formas de poder social hegemônicas (globalização contra-hegemônica), nos países abrangidos pelo estudo, como Moçambique, Brasil, Portugal, Colômbia, Índia e África do Sul, abrangendo, por sua vez, áreas como o multiculturalismo emancipatório, a democracia participativa, a justiça e as cidadanias culturais, os sistemas

alternativos de produção, a biodiversidade e os conhecimentos rivais, e o novo internacionalismo operário.

A partir de um olhar mais que sociológico, visto que achamos que a globalização possui faces multifacetadas e interligadas (por exemplo a econômica pode influenciar a cultural ou vice-versa), juntamente com a emancipação, pode-se cogitar que a solidariedade se transformou em símbolo eminente das lutas para enfrentar a crise civilizacional do mundo atual. Este é um tema presente, com diferentes sentidos, em pensadores e cientistas sociais do passado, como Marx e Engels, que fizeram um apelo à solidariedade da classe trabalhadora de todos os países para enfrentar a dominação capitalista; em Durkheim como forma necessária à estabilidade social e à prevenção da anomia (Germano, 2007). Nos dias atuais, para além de autores como Jürgen Habermas, que se reporta à “justiça e solidariedade”, André Comte-Sponville, que se debruça sobre a solidariedade e a generosidade e advoga à urgência da primeira, ou Edgar Morin, que defende uma “ética da solidariedade.”, as igrejas, OSGs e organismos internacionais também estão preocupadas com o assunto. Neste estudo não intentamos analisar essas diferentes matrizes discursivas pois não são o nosso foco, apenas buscamos destacar alguns aspectos gerais do que se pode entender por solidariedade em sentido mais abrangente, dentro das perspectivas da nossa discussão.

Assumimos que ela pressupõe a inclusão do outro, a responsabilidade para com os outros e o alargamento do sentido do nós - aquilo que chamamos de Ubuntu. Desta forma, não existe solidariedade sem alteridade, ou seja, sem o vínculo com o outro. Isto implica no estabelecimento de interesses comuns e de laços de identidade e pertencimento.

Outrossim, existem alternativas de luta mais orientadas para a criação de redes entre locais, mas obviamente elas não serão sustentáveis se não partirem de lutas locais ou não forem sustentadas por elas (Chase-Dunn et al apud Cambrão, 2016). Outrossim, o global acontece localmente, daí a imprescindibilidade de fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente. É, portanto, aqui onde surge a glocalização.

Este conceito foi introduzido inicialmente em 1980 a partir de uma estratégia mercadológica de origem japonesa, onde os

processos de globalização são dimensionados para reconhecerem a cultura de um local e são “adaptadas” para melhor execução de uma determinada expansão. Ela, segundo Lash e Urry (1994), resulta da fusão do global e do local, ou dos termos localização e globalização, traduzido no famoso lema: “pensar globalmente e agir localmente”. Por isso que Franco (1995) realça que o global e local não constituem polos de uma contradição irreconciliável, mas partes complementares de uma mesma tendência que brota da crise do padrão civilizatório atual.

Portanto, sem “pôr pano aos olhos”, é facto - que não se pode desprezar ou menosprezar, a *máxima* de que, diante do processo de globalização, os Estados, governos nacionais e grupos ou indivíduos encontram dificuldades em defender tanto as fronteiras econômicas como as culturais, e ainda em se proteger dos efeitos das novas tecnologias.

3 Paradoxo entre cultura tradicional autóctone moçambicana e os novos rumos da globalização

Sparemberger (2007) afirma que o início do século XXI está marcado pela tensão entre a mundialização das economias e a preservação das identidades locais. É um paradoxo aceitar os desmandos do processo de globalização e abrir mão de sua identidade, ou preservar sua identidade e correr o risco de aumentar o processo de desigualdades e exclusão social.

Para Dias (2010), a sociedade moçambicana é multilíngue, pluriétnica, multirracial e socialmente estratificada. Existem em Moçambique várias formas de organização social, cultural, política e religiosa; há várias crenças, línguas, costumes, tradições e várias formas de educação. Este autor descreve que, até o ano de 2010, “o Português é falado, como língua materna, por 6% da população, enquanto as línguas bantu são faladas por 93%. Da população que reside das zonas urbanas, 55% conhece o Português, contra 45% nas zonas rurais. Dos falantes do Português, 61% são homens (a maior parte). As línguas bantu são as que são faladas com mais frequência [90%] relativamente ao Português” (Dias, 2010, p. 6).

Já até o ano de 2017, o quadro de distribuição de falantes modificou-se razoavelmente segundo os dados do Censo de 2017 (cujos resultados definitivos foram disponibilizados apenas em junho de 2019) levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

O INE (2020) revelou que aproximadamente metade da população comunica-se corrente e fluidamente em português nas mais variadas situações comunicativas, embora cerca de 65% assumidamente saibam expressar-se no idioma. Cerca de 35% da população declara a língua macua (emakwa) como seu idioma nativo, preponderantemente falado no ambiente doméstico. Contudo, entre os moçambicanos com idades compreendidas entre os 10 e os 34 anos, os que, no recenseamento de 2017, declararam ter o português como primeira língua já são quase tantos quanto os falantes nativos de emakwa. Esse fenômeno é evidente, nomeadamente, entre os recenseados na faixa etária de 25 a 29 anos, dos quais 473.060 afirmaram falar emakwa como idioma materno, ao passo que 365.091 declararam ter aprendido o português como primeiro idioma. Também pelo mesmo censo o número total de falantes nativos dos dois idiomas ascende respectivamente a 5.813.083 (emakwa) e 3.686.890 (português).

Ainda segundo a mesma fonte, quase 20% da população declara a língua portuguesa como seu idioma nativo (5,1% no meio rural, e também língua de preferência no ambiente doméstico e privado, tornando-o, pois, o segundo idioma nativo mais comum em Moçambique, e possivelmente o mais recorrente nas províncias que compõem o que se entende pelo Sul do país.

Entretanto, segundo a Unesco (2020), apenas 17% dos moçambicanos falam português como primeira língua.

O estudo de Dias (2010) mostra que a cultura moçambicana foi sempre marcada pela miscigenação cultural que advém das migrações bantu e do contato que estes tiveram com outras civilizações, sobretudo a árabe e a asiática. A colonização portuguesa (iniciada em 1498) trouxe influências europeias que foram acrescidas pelas culturas de comunidades imigrantes da Índia e da China que se fixaram em vários pontos de Moçambique. Outrossim, após a independência, os moçambicanos adquiriram, também, outros valores culturais, éticos e morais que lhes foram transmitidos

pela política socialista e pelo contato com “cooperantes” russos, cubanos, búlgaros, norte-coreanos, chineses e alemães (República Democrática Alemã).

Notou-se que a cultura socialista foi sendo amplamente difundida nas escolas, por meio do Sistema Nacional de Educação, e tinha como objetivo formar um “Homem Novo”, que significava “um Homem livre do obscurantismo, da superstição e da mentalidade burguesa e colonial, um Homem que assume os valores da sociedade socialista” (Mined apud Dias, 2010). Os valores éticos e morais do Socialismo encontravam-se enunciados em princípios do comportamento revolucionário como: prática constante da crítica e autocrítica; a pontualidade; a disciplina e obediência, o asseio e limpeza; o espírito coletivo e de organização, de iniciativa, de sacrifício e de economia; e a vigilância revolucionária.

Com a queda do socialismo, como ainda escreve o autor supracitado, Moçambique adere às políticas do FMI e do Banco Mundial e passa a defender valores morais completamente contrários ao Socialismo como a supremacia do sector financeiro, a privatização, a desregulamentação do setor financeiro, a desnacionalização das riquezas naturais, integração nos mercados internacionais. Por um lado, sobretudo, as camadas jovens das zonas urbanas, por influência da globalização e da adesão às novas tecnologias de informação e comunicação, promovem mudanças notórias de costumes e hábitos culturais (por exemplo, ao nível do vestuário, da alimentação, dos gostos musicais, etc.)

Ainda mais, ocorre também a queda de identidades fortes, de grandes ideologias, projetos e utopias; proliferam a dependência às modas, ao consumismo, aos luxos desmedidos, ao esbanjamento, etc. Se, por um lado, o trânsito cultural num mundo transnacional, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação (internet, televisão, redes sociais...) é muito forte e provoca a “desterritorialização” de hábitos culturais, por outro, tal desterritorialização, contrariamente, defendido por vários estudiosos, não vai provocar o desaparecimento das culturas locais, mas provoca uma reafirmação e revalorização das mesmas. “Culturalmente, tanto se assumem valores transnacionais, como também se revalorizam as culturas locais” (Dias, 2010, p. 7).

Portanto, nos dias de hoje, fala-se muito da “unidade na diversidade”, a exaltação de direitos e liberdades individuais, bem como se preserva o particular e o singular. Defende-se a alteridade, a diferença, a subjetividade, e é nesse âmbito que se defende a diversidade cultural como elemento importante do desenvolvimento nacional.

Seria faltar à verdade negar as vantagens que a globalização traz. Porém, como testifica Meque (2018), a globalização é um dos principais elementos que participa diretamente na perda dos elementos físicos e espirituais de uma cultura em detrimento dos que se julgam ser modernos e de consensos internacionais. Assim, os usos e costumes dos povos tradicionais autóctones, especialmente dos países subdesenvolvidos se substituem com os dos povos dos países desenvolvidos.

As tecnologias de informação e comunicação dominam os rumos da sociedade moçambicana. Isso traz várias vantagens, mas, também, várias inconveniências. As culturas tradicionais autóctones estão em extinção. A Ilha de Moçambique, por exemplo, que possui o título de Património Mundial da Humanidade, atribuído pela Unesco em 1991, está progressivamente a perder a essência da sua identidade cultural. As diferentes manifestações culturais tradicionais (Moalide, Tufo, os edifícios, etc) estão em constante e progressiva extinção. Outro exemplo, é o povo Ndau de Sofala, as suas danças principais: Ndhokodo, Mandowa, Makwaia, Mukapa e Xiquema tendem a desaparecer pela influência da globalização. Nesta mesma esteira, Meque (2018) adverte que nos dias que correm, com a influência das médias e a diversificação das opções para a diversão, as danças e outras práticas culturais tendem a sofrer grande influência da globalização, diminuindo consideravelmente os praticantes autóctones.

4 Autóctones face à cultura global: algumas propostas

Alguns estudos que antecederam o nosso, como o de Pinto (2010), trazem propostas concretas que podem contribuir para a valorização das culturas dos autóctones: mudança drástica de conteúdo e enfoque nas políticas culturais, principalmente a nível

local; reconhecimento de que a diversidade cultural constitui uma riqueza; melhor aproveitamento das subculturas profissionais; e ampliação da participação da sociedade tradicional nas decisões e processos de mudança econômica e política, o governo trabalhando lado a lado com a sociedade tradicional.

Para Zaoual (2003), cabe aos atores sociais agir de acordo com sua cultura, seus conhecimentos tradicionais e respeitando sua identidade, buscar formas de progresso, mas sem perder sua biodiversidade, sem se inclinar à globalização hegemônica e abrir mão de toda sua história para assimilar uma cultura universal.

Bauman (1999), por sua vez, adverte que, no mundo global, ser local é um sinal de privação e degradação social, afinal a produção de significados e de valores atuais estão isentos de restrições locais, o que não pode ser aplicado à condição humana por esta ter valores e significados locais que dão sentido à esta condição. Por isso, a importância de se valorizar o local, e ao mesmo tempo estar aberto às influências positivas que vêm do entorno. O ator social precisa, dentro desta circularidade de *inputs* e *outputs*, ter discernimento para receber apenas o que pode contribuir para o crescimento social local e não simplesmente receber pacificamente o que é imposto de forma hegemônica para degradar sua cultura.

Contudo, tanto Bauman (1999) como também outros diversos autores contemporâneos, aconselham que, sempre, é necessário conhecer o global, para agir de forma eficaz localmente. E, também, conhecer o local, para agir eficazmente a nível global (reciprocidade entre Globalização e Glocalização).

Para além das propostas indicadas, as conferências de organizações não-governamentais e movimentos sociais, os debates, fóruns, redes, usando inclusive os recursos eletrônicos, devem ajudar na tarefa de emancipar as sociedades tradicionais, ao dar-lhes autonomia e capacidade de exercer seu papel.

Ainda, como já sugeriu Cambrão (2016), uma das propostas para a resistência mais eficaz contra a globalização hegemônica reside na promoção das economias locais comunitárias, diversificadas, autossustentáveis, ligadas a forças exteriores, mas não dependentes delas.

Com base nesta concepção, numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializadas, a resposta contra os seus efeitos maléficos não pode deixar de ser a reterritorialização, a redescoberta do sentido do lugar da comunidade, o que implica a redescoberta ou a invenção de atividades produtivas de proximidade.

5 Considerações finais

Os novos rumos da globalização criam implicações favoráveis e desfavoráveis aos valores e símbolos identitários das culturas tradicionais. A moldura das novas influências, impostas pela globalização, podem ser um ganho substancial para uma cultura tradicional, na medida em que as novas exigências de convivência requerem uma integração numa escala mais ampla, além daquele horizonte de crenças e convicções limitadas.

O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação reconfigurou as fronteiras, aproximando as diferentes culturas, para que lado a lado trocassem conhecimentos, voluntária ou involuntariamente, sobre as novas modalidades de uso de instrumentos (novos) que facilitem a obtenção de mais recursos necessários, melhorando, por um lado, as chances para a sobrevivência dessas diversificadas culturas.

Por outro lado, a natureza hegemônica da globalização contemporânea, traz implicações não positivas para as culturas tradicionais autóctones. A aculturação imposta pelas dominações coloniais e neocoloniais, apesar de ter sido necessária de um certo modo, noutro, tem extinguido os valores, hábitos, costumes, usos e práticas de culturas tradicionais autóctones. Moçambique não sendo uma ilha ou uma exceção, nas diferentes culturas e subculturas existentes nas três regiões: Norte, Centro e Sul.

O desejo de sobreposição de uma cultura face às outras, cria paradoxos nas atuais buscas por valorização das diversidades culturais. É importante que as culturas saibam selecionar as práticas que lhes tragam maior satisfação e felicidade, sem criar uma hegemonia cultural.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BEZERRA, Cristina Simões. **Globalização e cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social da Escola de Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAMBRÃO, Pedrito Carlos Chiposse. **A (emergente) sociedade civil: um olhar sobre o papel das suas organizações nas políticas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável - o caso de Moçambique (1990–2015)**. 2016. Tese de Doutorado em Sociologia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016.

CIRÍACO, Maria Inês Francisca. Moçambique: Diversidade Cultural e Linguística. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, [S. l.], v. 17, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/10208>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

DIAS, Hildizina Norberto. **Diversidade cultural e educação em Moçambique**. **V!RUS**, 2010. Disponível em <http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/secs/submitted/virus_04_submitted_4_pt.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FRANCO, Augusto. **Ação local: a nova política da contemporaneidade**. Brasília: Agora; Instituto de Política; Fase, 1995.

GERMANO, J. W. Globalização Contra-Hegemônica, Solidariedade e Emancipação Social. **Revista Cronos**, Natal (RN), v. 8, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufm.br/cronos/article/view/3167>>.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). **Boletim de estatísticas demográficas e sociais**. Maputo: INE, 2020. Disponível em <<https://ine.gov.mz/documents/20119/44388/Boletim%20de%20Indicadores%20Demograficos%2022%20de%20Julho%20de%202020.pdf/bdd1e700-8e80-58ec-7750-7742dcf63567?version=1.0&t=1675763851346&download=true>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

LASH, Scott; URRY, John. **Economies of sign and space**. London: Sage, 1994.

MEQUE, Cardoso Henriques. **Globalização e a sua Influência nos elementos da cultura Ndau**. Análise do Caso da Dança Xiquema. Quelimane: DPCTESTPZ, 2018.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PINTO, Alejandra Aguilar. A Globalização Cultural Contra-Hegemônica no

Ciberespaço: o caso dos Povos Indígenas. In: **Congresso Panamericano de Comunicação (PANAM)**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível: <<https://doi.org/10.11606/extraprensa2010.77145>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAHLINS, Marshall David. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte I). **MANA** v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/mana/a/4xFgqQMPbXLHGc8xkfXBCVH/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia**. Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Desigualdad, Exclusión y Globalización: Hacia la Construcción Multicultural de la Igualdad y la Diferencia. **Revista de Interculturalidad**, v. 1, n. 1, p. 9-44, 2005. Disponível em <<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/42137/1/Desigualdad%20exclusi%c3%b3n%20y%20globalizaci%c3%b3n.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A Globalização Hegemônica Frente à Problemática da Identidade Cultural e dos Conhecimentos Tradicionais Indígenas: uma Busca pelas Significações Locais. **Rev. Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 10, p. 1-25, 2013.

SEGRERA, Francisco Lopes. Raízes, consequências e propostas alternativas à hegemonia unipolar e à globalização. In: MARTINS, Carlos Eduardo (org.). **Os impasses da globalização: hegemonia e contra-hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2003, p. 123-172.

UNESCO. **Estratégia da expansão do ensino bilíngue**. Planipolis: Unesco, 2020.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. Textos selecionados e traduzidos por Michel Thiollent. São Paulo: Cortez, 2003.